

- Observatório de Política Externa Brasileira -
Nº 134

01/06/07 a 07/06/07

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *campus* de Franca.

Trata-se de uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

Equipe de redação e revisão: **Suzeley Kalil Mathias** (coordenação), **André Cavaller Guzzi** (mestrando em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP –, bolsista FAPESP e redator responsável), **Flávio Augusto Lira Nascimento** (mestrando em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP), **Felipe dos Santos** (graduando em Relações internacionais – UNESP), **Juliana Alves da Costa** (graduanda em Relações internacionais – UNESP), **Juliana Yumi Aoki** (graduanda em Relações internacionais – UNESP), **Leonardo Ulian Dall Evedove** (mestrando em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP), **Lisandra Crosara** (graduanda em Relações internacionais – UNESP) e **Renata Avelar Gianini** (mestranda em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP e bolsista CAPES).

Governo brasileiro reagiu às declarações de Chávez

No dia 1º de junho, o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, juntamente com os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Arlindo Chinaglia, repudiaram as declarações feitas pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez, a respeito do Congresso brasileiro. Chávez disse, em cadeia de rádio e tv, que o Congresso brasileiro faz parte de um movimento internacional contra seu governo e utilizou a expressão “papagaio de Washington”, o que causou indignação entre as autoridades brasileiras. As declarações de Chávez foram uma reação ao requerimento enviado, no dia 30 de maio, pelos parlamentares brasileiros em que pediam ao presidente venezuelano que reconsiderasse sua decisão de não renovar a concessão da emissora privada Rádio Caracas Televisión (RCTV). Por meio de nota oficial divulgada no dia 1º de junho, o presidente da Câmara, Arlindo



Chinaglia, considerou as palavras de Chávez “levianas e irresponsáveis”, além de não condizentes com a estatura de um chefe de Estado. Lula, que estava visitando Londres, ao saber das declarações do presidente venezuelano, disse que ele deve cuidar das questões do seu país e que o fechamento da RCTV é um problema interno da Venezuela. Logo depois, o presidente brasileiro, por meio de nota divulgada pelo Itamaraty, expressou total apoio ao Congresso e determinou que o Itamaraty convocasse o embaixador venezuelano no Brasil, Julio Garcia Montoya, para prestar esclarecimentos sobre o incidente. No mesmo dia, Montoya encontrou-se com o ministro interino das Relações Exteriores, embaixador Rui Nogueira, no Itamaraty, mas o teor da conversa entre as duas autoridades não foi divulgado. Também no dia 1º de junho, o chanceler venezuelano, Nicolás Maduro, pediu ‘aos partidos de direita’ dos Parlamentos do Brasil e da Espanha - que também se manifestou contra o fechamento da TV - que se abstenham de fazer comentários sobre assuntos internos de seu país. O ministro das relações exteriores do Brasil, Celso Amorim, disse que as relações diplomáticas entre o Brasil e a Venezuela estão “fora da normalidade”, e que a interferência de autoridades estrangeiras em instituições brasileiras não é apropriada. Pois, “a independência, a dignidade, os princípios democráticos e nacionais do Congresso brasileiro não podem estar e não estão nunca em jogo”. De acordo com Amorim, o presidente venezuelano telefonou no sábado para o embaixador brasileiro em Caracas, João Carlos de Souza-Gomes, para lamentar o ocorrido, num tom de justificativa. No dia 2 de junho, Hugo Chávez afirmou que o Congresso do Brasil, assim como os de outros países e grandes redes de comunicação, “arremetem contra a Venezuela” e que o país não aceita ingerências em seus assuntos internos. O assessor especial de assuntos internacionais brasileiro, Marco Aurélio Garcia, disse que o tom de Chávez foi “inadequado”, mas ressaltou que o Brasil não tem “interesse em esquentar esse assunto”, e que não acreditava que o governo venezuelano tivesse violado qualquer regra democrática. No dia 3 de junho, Lula afirmou desejar que a questão seja resolvida logo e que isso não atrapalhe a relação entre os dois países. No entanto, membros do Senado brasileiro acreditam que as declarações de Chávez poderão repercutir negativamente na votação pelo órgão do protocolo que ratificará a entrada da Venezuela como membro pleno do Mercosul. Chávez agradeceu ao presidente Lula pelas declarações de apoio e por insistir na amizade entre os dois países, agradecendo também ao Partido dos Trabalhadores (PT) – que defendeu Chávez por negar a concessão à RCTV – e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais e Sem-Terra (MST) (Folha de S. Paulo – Mundo – 02/06/2007; Folha de S. Paulo – Mundo – 03/06/2007; Folha de S. Paulo – Mundo – 04/06/2007; Folha de S. Paulo – Mundo – 05/06/07; Folha de São Paulo – Brasil – 06/06/2007; O Estado de S. Paulo – Internacional – 02/06/2007; O Globo – País – 02/06/2007; O Estado de S. Paulo – Internacional – 03/06/2007; O Estado de S. Paulo – Internacional – 07/06/2007; O Estado de S. Paulo – Internacional – 04/06/2007; O Estado de S. Paulo – Internacional – 05/06/07; O Estado de S. Paulo – Internacional – 06/06/2007; O Globo – Economia – 03/06/2007; O Globo – O País – 03/06/2007; O Globo – O País – 04/06/2007; O Globo – O País – 06/06/2007).

Lula critica proposta ambiental de Bush

Em visita a Londres no dia 1º de junho, o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, criticou a proposta de redução de emissões de gases nocivos ao meio-ambiente apresentada por seu par norte-americano, George W. Bush, no dia 31 de maio. Tal proposta consiste em um acordo paralelo ao de Kyoto, em que os 15 países mais poluentes do mundo, inclusive o Brasil, estabeleceriam meios próprios para as metas de redução dos gases que causam o efeito estufa. Lula rebateu a proposta, afirmando que o modelo de reduções voluntárias sugerido por Bush não será eficaz, uma vez que já existe um acordo em que as reduções são compulsórias – Kyoto. O presidente brasileiro também defendeu a conclusão da Rodada Doha, além de escrever um artigo para o jornal britânico "The Guardian" defendendo a utilização e a produção de biocombustíveis (Folha de S. Paulo – Ciência – 02/06/2007; O Estado de S. Paulo – Vida& – 02/06/2007; O Globo – País – 02/06/2007).

Brasil assinou acordo energético com Argentina

Diante da crise energética enfrentada pela Argentina atualmente, o Brasil assinou um acordo com o país vizinho que prevê a exportação de 700 megawatts (MW) médios de energia elétrica. Pelo contrato, que pode ser interrompido a qualquer momento pelo Brasil caso haja problema no abastecimento interno, a exportação brasileira de energia deverá ser recompensada pelo fornecimento de igual quantia por parte da Argentina (O Estado de S. Paulo – Economia – 02/06/2007).

Petrobrás planeja fechar acordos

A Petrobrás planeja investir em novas áreas e ampliar seus investimentos onde já existam atividades da empresa. Segundo José Sérgio Gabrielli, presidente da companhia, a estatal brasileira tem intenção de investir até 2009 US\$ 500 milhões nos campos Ishpingo-Tambococha-Tiputini (ITT), Equador, em conjunto com a estatal chilena Enap e a chinesa Sinopec. As três empresas deverão apresentar um plano de desenvolvimento ao governo equatoriano em julho. A Petrobrás também planeja ampliar seus projetos de exploração de petróleo no Irã e, segundo o diretor de exploração da estatal petrolífera iraniana Nioc, Seyed Mahmoud Mohaddes, seu país negocia com a empresa brasileira a exploração de petróleo no Mar Cáspio. Além disso, a estatal brasileira já fechou um acordo com a estatal indiana de petróleo Oil and Natural Gás Corporation (ONGC) para explorar gás em 3 campos marítimos. O acordo entre as duas empresas foi assinado no dia 4 de junho, durante a visita do presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, à Índia. A empresa indiana deverá investir, em conjunto com a Petrobrás, na produção de gás e óleo no Nordeste brasileiro como contrapartida. No dia 1º de junho, Paulo Roberto Costa, diretor da área de Abastecimento da Petrobrás, desmentiu que a

empresa esteja construindo uma usina de álcool e açúcar na Nigéria e disse que existe um único acordo com o país referente ao etanol, e este se refere à exportação, apoio técnico no desembarque, armazenamento e distribuição do produto (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 02/06/2007; Folha de S. Paulo – Brasil – 04/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia – 02/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 04/06/2007; O Globo – Economia – 04/06/2007).

Lula viajou à Índia

Iniciou-se no dia 3 de junho a viagem do presidente brasileiro, Luís Inácio Lula da Silva, à Índia. Os principais temas tratados entre Lula e o primeiro-ministro da Índia, Manmohan Singh, estão relacionados à realização de acordos nas áreas de biocombustíveis, à energia “soft-nuclear” (uso pacífico da tecnologia nuclear em áreas como a medicina e a produção alimentar), à fase final de negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), ao intento dos dois países de tornarem-se membros permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), a criação de um mecanismo compensatório para os países em desenvolvimento e mais pobres que reduzirem o desmatamento e à atuação conjunta nas áreas espacial, de ciência e tecnologia. Durante a visita, o presidente brasileiro assinou acordos referentes ao uso de imagens de satélite indiano, à assistência mútua em matéria aduaneira (discussão de regras e tarifas dos produtos comercializados entre os dois países), a parcerias entre os órgãos que financiam produção audiovisual; convênios sobre o intercâmbio de professores e alunos de pós-graduação, a troca de informações e trabalhos entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), do Brasil, e a instituição similar na Índia, bem como a formalização da parceria entre a Petrobrás e a estatal indiana de Petróleo, Oil and Natural Gás Corporation (ONGC). Segundo o embaixador do Brasil na Índia, José Vicente Pimentel, um dos objetivos da visita de Lula é mostrar ao mundo que os governos dos dois países estarão unidos na reunião do G8 (grupo formado pelas oito economias mais desenvolvidas do mundo mais a Rússia) que ocorreu na Alemanha. A data da visita é estratégica tendo em vista o calendário de reuniões que deverão acontecer durante o mês de junho: na semana seguinte à reunião do G8, haverá encontro do G20 (grupo de países em desenvolvimento liderado por Brasil e Índia), na segunda quinzena, uma reunião ministerial do G4 (formado por EUA, União Européia, Brasil e Índia) discutirá o destino da Rodada Doha. Para selar a aliança com a Índia, o presidente brasileiro prometeu a aprovação ainda em 2007 no Congresso do acordo que dá preferência a produtos indianos no Mercosul. Tal acordo preferencial tem o objetivo de quadruplicar o comércio bilateral em quatro anos, passando de US\$ 2,4 bilhões, em 2006, para US\$ 10 bilhões em 2010. No dia 3 de junho, Lula afirmou que se for levado em consideração o tamanho de Brasil e Índia, assim como seus potenciais de crescimento, esta não será uma meta difícil de atingir. No entanto, deve-se despertar nos empresários a consciência de que a distância não deve ser um empecilho ao comércio bilateral. Além da visita política de Lula, o Itamaraty organizou dois eventos empresariais

em Nova Délhi e uma missão com representantes de mais de 100 empresas brasileiras. Lula ainda recebeu o Prémio Nehru, entregue a pessoas que contribuíram para a paz e a aproximação entre os povos, como Martin Luther King e Nelson Mandela. O encontro, no entanto, não rendeu acordos na área de biocombustíveis, pois o governo indiano percebe ainda as condições favoráveis para a implementação deste tipo de energia no país (Folha de S. Paulo – Brasil – 04/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 05/06/2007; Folha de S. Paulo – Brasil – 03/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 03/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 04/06/2007; O Globo – Economia – 04/06/2007).

Brasil participa do encontro de cúpula do G8

No dia 6 de junho, teve início em Heiligendamm, na Alemanha, uma reunião do G8 que contou com a participação de África do Sul, Brasil, China, Índia e México. De acordo com o embaixador do Brasil em Berlim, Luiz Felipe Seixas Corrêa, o G8 não precisa ser ampliado, mas deve dialogar com os cinco países de forma permanente. Segundo o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, os cinco países em desenvolvimento convidados para a reunião do G8 estabeleceram "uma estratégia para a participação". O presidente brasileiro participou apenas do último dia da cúpula, no qual buscou obter o compromisso de que a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) seja concluída ainda este ano, ademais de divulgar o etanol como uma importante alternativa para mudar o padrão de consumo energético, reduzindo os elementos mais poluidores. De acordo com o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, o Brasil assumiu uma postura combativa e não defensiva durante o evento. Até mesmo em relação à Amazônia, defendendo a tese de que "a região será uma grande vítima da mudança climática, correndo o risco de virar uma savana em 70 anos". Na reunião, Lula buscou apoio da Alemanha à instituição de crédito de carbono para a queda do desmatamento nos países em desenvolvimento. No dia 7, Lula encontrou-se com o presidente da Rússia, Vladimir Putin, e da Nigéria, Umaru Yar'Adua, em Berlim. E também, com o secretário-geral da ONU. Na tarde do dia 8, ele se encontrou com o presidente dos EUA, George W. Bush. No encontro, foram discutidos assuntos relacionados à criação de um mercado mundial de etanol, à queda de subsídios agrícolas nos países mais ricos e a uma compensação financeira às nações mais pobres por diminuição do desmatamento. O presidente Lula encontrou-se com executivos alemães, ocasião na qual Karl-Ulrich Köhler, presidente do conselho executivo da siderúrgica alemã ThyssenKrupp, reclamou da demora brasileira para a concessão de licenças ambientais para obras no Brasil, a qual, segundo o presidente executivo, deve-se a entraves burocráticos. A empresa está construindo um complexo siderúrgico em Santa Cruz (RJ), com previsão inicial de funcionamento para 2009, o que pode não ocorrer devido ao atraso na concessão de licenças (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 03/06/2007; O Globo – Economia – 03/06/2007; Folha de S. Paulo – Brasil – 04/06/2007; Folha de S. Paulo – Brasil – 06/06/2007; Folha de S. Paulo –

Dinheiro – 06/06/2007; Folha de S. Paulo – Mundo – 06/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 07/06/07; O Globo – Economia – 06/06/2007).

Governos reúnem-se para discutir o comércio de plantas e animais

Representantes de 171 governos estão reunidos desde o dia 3 de junho na Holanda para debaterem o futuro do comércio de espécies de animais e plantas ameaçados de extinção. A reunião ocorre no marco da Convenção de Comércio Internacional sobre Espécies Ameaçadas (Cites). Aproximadamente 40 propostas estão sendo debatidas. No entanto, qualquer proposta terá impactos econômicos. De acordo com o diretor do Programa da ONU para o Meio Ambiente, Achim Steiner, a administração do comércio mundial de seres vivos é essencial para a manutenção da diversidade biológica. A União Européia (UE) quer dificultar o comércio de algumas espécies de madeira brasileira, como o cedro. O Brasil, por sua vez, deseja que haja restrições ao comércio de certos tipos de lagosta e a liberação do comércio do jacaré, hoje interditado. Há também sugestões para limitar o comércio de corais para a fabricação de jóias e para banir o comércio de marfim (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 04/06/2007).

Argentina leva Brasil à OMC

Uma contenda quanto a taxas alfandegárias impostas pelo Brasil à entrada de resina PET em seu território levou a Argentina a entrar com representação contra o país na OMC. A resina, que é utilizada para a fabricação de garrafas descartáveis de refrigerantes e água passou a ser taxada em 2007 pelo Brasil, com alegação de que a empresa americana Eastman, sediada em solo argentino, praticava *dumping* para que seus produtos tornassem-se mais competitivos. A posição argentina é a de que a medida foi adotada para proteger a empresa italiana M&C, que teria o monopólio da produção de resina PET no país. O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, lamentou o conflito, mas lembrou que a disputa entre as empresas que operam no Brasil e na Argentina já vinha se arrastando há algum tempo. Para membros do governo, a guerra aberta pelos argentinos não passa de uma disputa entre as empresas do setor por quem terá a maior parcela do mercado brasileiro nos próximos anos (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 05/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 06/06/2007, O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 07/06/2007).

Mercosul apostará em parcerias com o Japão

Carlos Alvarez, presidente da Comissão Permanente do Mercosul, manifestou-se de maneira entusiasmada a respeito da aproximação comercial entre o bloco e o Japão em fórum que discutiu esse assunto. Segundo o representante, a

aproximação com o mercado japonês poderá apresentar menos dificuldades quanto a sua abertura do que tem ocorrido com a União Européia e os EUA (Folha de S. Paulo – 05/06/2007).

Órgão boliviano acusa filial da Petrobrás de não pagar taxa

A Superintendência de Hidrocarburos, órgão boliviano que regula o mercado de gás e petróleo da Bolívia, acusou a filial boliviana da empresa brasileira de não pagar a taxa de regulação, aplicada sobre o transporte e a comercialização de petróleo e derivados, entre 2000 e 2006. A empresa diz não reconhecer a existência da dívida e que vai recorrer. Segundo o diário boliviano El Deber, a dívida ultrapassaria os US\$ 8 milhões e teria de ser paga até o fim desta semana, segundo resolução do órgão regulador. A resolução, porém, ainda não está sendo divulgada pela entidade, que espera reunir-se com a direção da companhia antes de dar prosseguimento ao processo (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 06/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 07/06/2007).

Comissão aprova proposta que dá nacionalidade brasileira a filhos de brasileiros nascidos no exterior

Foi aprovada por unanimidade, por uma comissão especial na Câmara dos Deputados, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que concede nacionalidade brasileira aos filhos de brasileiros nascidos no exterior; ela já está pronta para ser levada a plenário. Rita Camata, do PMDB gaúcho, disse que os membros da comissão especial pedirão a Arlindo Chinaglia, do PT paulista, a inclusão da PEC na pauta o quanto antes. A emenda foi proposta pelo ex-senador do PSDB Lúcio Alcântara e, após duas votações no plenário da Câmara, com 380 deputados a favor, ela irá à promulgação (O Globo – O País – 06/06/2007).

Lula fechará acordos energéticos no México

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitará o México no início de agosto, a convite de seu colega mexicano, Felipe Calderón, para estreitar a cooperação bilateral em matéria energética. Ambos os governos criarão a partir de março de 2008 uma comissão binacional para preparar diversos acordos nas áreas comercial, de complementação econômica nos setores de biocombustíveis, energia e petróleo. Segundo Calderón, o tema de destaque foi a energia alternativa e nesse sentido, a estatal brasileira auxiliaria na geração de biodiesel e etanol no México (Folha de S. Paulo – Mundo – 07/06/2007).